

Conceito de crença, triangulações e atenção conjunta

Sofia Miguens¹

Resumo: Na última fase da sua obra D. Davidson desenvolve um conjunto de teses em torno da ideia de triangulação. Estas teses trazem modificações à anterior concepção da interpretação radical. O propósito continua a ser compreender como podemos ‘ler’ mente e significado a partir do comportamento de agentes no mundo, no entanto um novo elemento aparece: a intersubjectividade. A intersubjectividade é trazida à consideração através do conceito de triangulação. Situações de triangulação são situações em que dois agentes reagem coordenadamente entre si e relativamente a um objecto terceiro no mundo. Segundo Davidson, elas estão presentes desde o comportamento animal até à comunicação linguística entre humanos. Davidson descreve dois tipos de triangulação: i) pré-conceptual e pré-linguística, ii) conceptual e linguística. Entre a primeira e a segunda triangulação dá-se a emergência do pensamento (o pensamento característico do nosso tipo de mentes: pensamento acerca de um mundo objectivo, envolvendo os conceitos de crença e de verdade). O problema é que Davidson descreve os dois tipos de triangulação mas não avança hipóteses acerca do que permitiria a passagem entre uma e outra (quando essa passagem obviamente acontece – ela ocorreu por exemplo em cada um de nós). Neste artigo parto de interpretações dos estudos da atenção conjunta na ciência cognitiva para a formulação de hipóteses acerca de tal passagem. O resultado é uma crítica ao uso que Davidson faz do conceito de crença na teoria da mente.

Abstract: In his last writings, Davidson develops a set of theses around the concept of triangulation which bring changes to the way radical interpretation was formerly conceived. While his aim is still to understand how it is possible to read mind and meaning out of agents’ behaviour, the main difference between earlier formulations of radical interpretation and these late views is the role of intersubjectivity. Intersubjectivity is brought in through the concept of triangulation. Davidson calls ‘triangulations’ those settings in which two agents react in a coordinate way to each other and to a third element in their common environment. According to Davidson, triangulations structure a range of situations, from animal behaviour to linguistic communication among humans. Davidson describes two kinds of triangulation: (i) pre-conceptual and pre-linguistic, (ii) conceptual and linguistic. Between the first and the second triangulation, he situates the emergence of thought (thought as it is characteristic of our kind of minds, i.e. thought about the objective world, involving the concepts of *belief* and *truth*). Still, he puts forward no hypothesis as to what explains it that a creature may change from being a participant in the first kind of triangulation to being a participant in triangulations of the second kind (and this, we know, happens – it happened, namely, in each one of us). In this article, I start from interpretations of studies of joint attention in cognitive science to explore a hypothesis concerning the change from the first to the second kind of triangulation. The upshot is a criticism of the use Davidson makes of the concept of belief in his theory of mind.

¹ Membro e investigadora do *Mind Language and Action Group* – MLAG – do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e Professora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Introdução

Donald Davidson é um dos autores de referência do nosso Projecto de Investigação (*Rationality, Belief, Desire II – from cognitive science to philosophy*), e por essa razão temos dedicado atenção a vários aspectos específicos da sua obra. O meu propósito de fundo neste artigo é criticar a forma como Davidson utiliza o conceito de crença na teoria da mente. Escolhi um ângulo específico: a intersubjectividade, i.e. a relação entre duas mentes. Não entendo aqui ‘intersubjectividade’ como *mindreading*, embora as relações mente-mente tenham sido anteriormente tratadas desse modo no âmbito do Projecto, com a análise do contraste entre as abordagens *theory theory* e *simulation theory* da capacidade humana de ‘ler mentes’ no mundo ². A questão é ainda a das relações entre uma mente e outra mente, no entanto para Davidson ela é mais profunda do que as questões acerca de arquitectura cognitiva de agentes que subjazem à alternativa entre *theory theory* e *simulation theory*. A diferença da perspectiva de Davidson reside no facto de ele relacionar a intersubjectividade com a própria possibilidade de pensamento objectivo acerca do mundo. Essa é uma das questões de fundo do presente artigo.

Enquanto estudo da obra de Davidson, este artigo segue-se a *Why Can't There be a Science of Rationality?*³. Nesse artigo a minha referência era a Teoria Unificada do Pensamento, Significado e Acção. A questão da triangulação de que aqui trato foi introduzida por Davidson apenas posteriormente. Com ela Davidson pretende, em traços largos, corrigir o ‘exteriorismo’ da anterior formulação da sua teoria da interpretação – convém aqui sublinhar que quer a interpretação radical de Quine quer a tradução radical de Davidson são teorias da interpretação exterioristas tanto quanto assumem que a teoria da mente começa pela terceira pessoa. O que isto significa é que se considera que a única evidência disponível para o teórico da mente é o comportamento de agentes no mundo; mente e significado vêm a ser atribuídos depois. As teses desenvolvidas em torno da ideia de triangulação constituem o princípio de uma alternativa a essa perspectiva exteriorista.

² Cf. Nichols e Stich 2003, *Mindreading*, Oxford University Press e Clara Morando 2005 *Intelectu n° 11*.

³ Miguens 2006, in Miguens, Pinto e Mauro 2006, *Análises*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91-98.

1. Estudos empíricos da atenção conjunta e triangulação davidsoniana

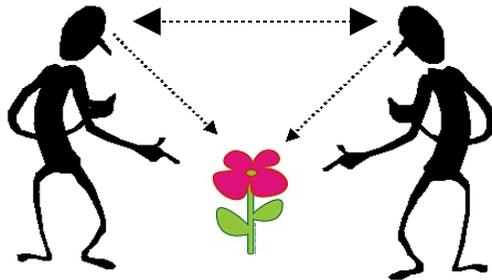
Na verdade, o que me interessa aqui fundamentalmente não é tanto Davidson mas a forma como se utiliza o conceito de crença na teoria da mente (quando falo de ‘teoria da mente’ penso quer na filosofia quer na ciência cognitiva). Noutras palavras, interessa-me compreender o espaço entre o comportamento de uma criatura, observável por outra criatura, e a atribuição de um interior mental, atribuição feita por criaturas com vidas cognitivas diversas, humanas e não humanas. Ora, nós temos aqui um preconceito de partida, que tem a ver com a forma como nós próprios ‘lemos mente’ no comportamento de outras criaturas, e devemos ter consciência dele. Como Michael Tomasello, o psicólogo do Max Planck Institut for Evolutionary Psychology que ganhou o Prémio Nicod de filosofia da mente este ano (2006) no âmbito dos seus estudos com chimpanzés, gosta de sublinhar, para nós, humanos, é até difícil imaginar que outros organismos possam observar o comportamento de membros da mesma espécie, e de humanos, e não o compreender em termos intencionais. É estranho imaginar criaturas que percebem corpos e movimentos no mundo, e que não vêem aí imediatamente acções, intenções, crenças, desejos. Mas aparentemente isso é possível, nomeadamente em indivíduos de outras espécies. Então, o que explicará que se possa ler ou não interior mental em comportamento observável? Que pistas são eficientes? O que é que tem que estar na mente da criatura que percebe para que exista um apercebimento mentalista do comportamento observado na outra criatura? Parece claro que algo de natural em nós, humanos adultos, não está ainda aí noutros agentes – mas será isso razão suficiente para defender, como Davidson defende, que apenas os humanos têm crenças, e as utilizam para ler o comportamento de outras criaturas, porque apenas os humanos são criaturas linguísticas na posse do conceito de crença? É disto que vou tratar, e vou argumentar que não.

A minha estratégia será apoiar-me nas interpretações que vários filósofos têm feito de estudos empíricos do fenómeno da atenção conjunta para criticar a concepção – puramente filosófica – da triangulação em Davidson. A atenção conjunta é um fenómeno estudado na ciência cognitiva por psicólogos e primatologistas. As interpretações filosóficas dos estudos da atenção conjunta nas quais me baseio são as de N. Eilan (2005), C. Peacocke (2005) e J. Campbell (2005). As interpretações destes autores não coincidem; vou utilizar as

que me interessam para criticar Davidson. Avanço desde já que, na terminologia de Eilan, o problema de Davidson reside na forma como trata a primeira triangulação, que o coloca do lado daquelas a que Eilan chama ‘explicações pobres da atenção conjunta’, quando os estudos empíricos oferecem boas razões para uma interpretação ‘rica’ do fenómeno. Parece-me que Eilan tem razão e que ela localiza uma das insuficiências importantes da teoria da mente defendida por Davidson.

2. Davidson, triangulações e linguagem.

Na última fase da sua obra, Davidson (especificamente nos ensaios sobre intersubjectividade reunidos no volume *Subjective, Intersubjective, Objective*⁴) desenvolve um conjunto de teses acerca da natureza do pensamento em torno da ideia de triangulação. Situações de triangulação são situações em que dois agentes reagem coordenadamente entre si e relativamente a um objecto terceiro no mundo (Davidson fala de «respostas mútuas e simultâneas de duas ou mais criaturas a um estímulo distal comum e às respostas da outra»⁵). Segundo Davidson, estas triangulações ocorrem desde o comportamento animal (os dois exemplos que usa em *The Emergence of Thought* são de cardumes de peixes e vocalizações de macacos) até à comunicação linguística entre humanos.



Davidson pensa que existem dois tipos de triangulação, i) pré-cognitiva e pré-linguística, ii) conceptual e linguística. A primeira envolve animais não humanos e crianças, a segunda apenas humanos

⁴ Esses ensaios são *Rational Animals*, *The Second Person* e *The Emergence of Thought* (Davidson 2001b, Davidson 2001c, Davidson 2001d).

⁵ Davidson 2001 a: xv.

com domínio de uma linguagem. Entre a primeira e a segunda triangulação dá-se aquilo a que Davidson chama a ‘emergência do pensamento’. Davidson pensa que a linguagem tem aqui um papel essencial.

Convém enunciar este ponto claramente: Davidson defende que *apenas certas mentes são capazes de pensamento*. Ele não pode, obviamente, estar a falar de percepção, ou de cognição em termos mais gerais: quando diz ‘pensamento’ refere-se a algo que é possível no nosso tipo de mentes e não em todos os tipos de mentes. E o que é esse algo? De acordo com Davidson é pensamento objectivo *tornado verdadeiro por um mundo independente daquilo que o pensador pensa*. Segundo Davidson, o pensamento objectivo requer nas mentes que dele são capazes a presença dos conceitos de crença e de verdade, e é por essa razão que ele defende que o pensamento objectivo existe apenas em mentes que estão entre si na ‘situação griceana’ tornada possível pela comunicação linguística. Mentos que estão entre si na ‘situação griceana’ tornada possível pela comunicação linguística são mentes capazes de atribuir crenças, e crenças acerca de crenças, a outras mentes, e que são por isso capazes da intenção característica da comunicação linguística, que é a intenção de ter a sua intenção reconhecida⁶.

A emergência do pensamento tem como condições necessárias duas triangulações, que Davidson caracteriza da seguinte forma: 1) A primeira triangulação acontece quando uma criatura correlaciona as suas reacções a um fenómeno exterior com as reacções de outra criatura; nesta posição espera o fenómeno exterior quando percebe a reacção da outra; é o facto de a expectativa poder falhar que introduz a possibilidade de erro na representação de alguma coisa.

A primeira triangulação é necessária mas não suficiente para a existência de pensamento objectivo: a situação descrita é possível entre agentes que não dispõem do conceito de crença, e que são incapazes de imputar crenças a outros agentes. Ora para Davidson o conceito de crença é, também ele, condição necessária do pensamento objectivo. A segunda triangulação envolve mentes dotadas do conceito de crença, e

⁶ A exigência de intenções griceanas embebidas numa situação comunicacional significa que um acto comunicacional é bem sucedido apenas se a intenção com que é praticado é reconhecida. Não é isso que se passa com qualquer um dos nossos actos intencionais; frequentemente o que estamos a fazer pode ser bem sucedido independentemente de qualquer reconhecimento por outro agente. Um ponto básico da filosofia da comunicação é, assim, que a comunicação é um jogo de coordenação tácita que necessariamente envolve mais do que um agente.

Davidson caracteriza-a em termos genericamente griceanos. É ela que estabelece aquilo a que Davidson chama a sua pretensão wittgensteiniana: o ‘carácter social da linguagem e do pensamento’. Esta pretensão diz respeito, portanto, apenas a mentes que se encontram entre si numa situação griceana de intenções embebidas, e portanto a mentes linguísticas de humanos.

Note-se que uma vez presente numa mente, o conceito de crença tem para Davidson duas funções: (i) aquela que mais frequentemente se refere, que é permitir interpretar o comportamento de outra criatura, (ii) uma menos frequentemente sublinhada, que é ser o veículo para o sujeito capturar o conceito de verdade objectiva⁷.

Vamos então ao que me interessa verdadeiramente aqui. Tudo o que Davidson afirma acerca das triangulações supõe uma forma específica de conceber a segunda pessoa, i.e. o segundo vértice do triângulo, a segunda criatura em relação com a primeira. Para Davidson, a mutualidade desta relação só pode ser caracterizada em termos do conceito de crença (numa criatura existem crenças acerca das crenças da outra, tomando como evidência o comportamento). Mas será mesmo que toda a mutualidade exige representações de segunda ordem deste tipo, supostamente existentes apenas em mentes linguísticas? Não existirá algum antecessor que desempenhe um papel análogo ao papel da crença no apercebimento mútuo de criaturas e no envolvimento deste na ideia de mundo objectivo? Uma coisa é certamente estranha: Davidson descreve os dois tipos de triangulação mas não avança qualquer hipótese acerca do que permite, pelo menos em algumas mentes, a passagem entre uma e outra. Chega a dizer que não vê como teríamos vocabulário para falar sobre essas coisas e que não gostaria nada de trabalhar no campo da psicologia do desenvolvimento. Mas a verdade é que tal passagem acontece – aconteceu em cada um de nós – e podemos procurar compreendê-la por outras vias, que não a da análise conceptual. Daí o interesse dos estudos da atenção conjunta. Mas antes de passar a estes quero dizer um pouco mais acerca da forma como Davidson se serve da triangulação para conceber as origens da linguagem (afinal, esse é um interesse coincidente com o dos psicólogos que estudam a atenção conjunta). Para Davidson é a

⁷ «A não ser que a linha de base do triângulo, a linha que liga os dois agentes, seja fortalecida até ao ponto em que é possível implementar a comunicação de conteúdos proposicionais, não há forma de fazerem uso da situação triangular para formarem juízos acerca do mundo. Só quando a linguagem está presente é que as criaturas podem apreciar o conceito de verdade objectiva», Davidson 2001d: 130.

linguagem que faz a grande diferença entre a primeira e a segunda triangulação; a linguagem faz uma diferença profunda, no que respeita a tornar as mentes humanas propriamente humanas, e os humanos ‘animais racionais’. A linguagem de que Davidson fala aqui não é um objecto abstracto, definido por uma lista finita de expressões, regras para construir concatenações e uma interpretação semântica; o que está em causa são as línguas naturais, que as crianças começam a falar, e elas não vêm todas de uma vez. Davidson defende, como se sabe, que «There’s no such thing as a language»⁸, i.e. que não existem coisas tais que sejam línguas; estritamente falando, não há sequer duas pessoas que falem a mesma língua: significados não existem fora de práticas humanas, apenas existem comportamentos linguísticos de indivíduos⁹.

É precisamente para compreender como é possível começar a imputar algum tipo de significação a acontecimentos tais como elocuições ou marcas que por si próprios, intrinsecamente, nada significam que a segunda pessoa é essencial. É a segunda pessoa e não uma suposta língua exterior existindo abstractamente, como o Inglês ou o Português, que é essencial para a forma como uma mente se torna – e é – uma mente linguística (tão essencial que Davidson chega a dizer que «se tu e eu fossemos as únicas pessoas no mundo e eu falasse inglês e tu sherpa, ainda assim poderíamos entender-nos um ao outro e comunicar»¹⁰). Para explicar porquê, em *The Second Person* Davidson introduz a triangulação para falar da forma como criaturas aprendem a responder de forma específica a estímulos específicos com palavras, e portanto a referir objectos no mundo. É ilustrativo que use os dois exemplos que usa: um exemplo de comportamento animal condicionado e um comportamento de aprendizagem de linguagem num humano. Um cão saliva quando ouve a campainha, uma criança chama ‘mesa’ a uma mesa. Nós achamos muito natural chamar ‘estímulo’ à campainha ou à mesa (estímulos distais) e não à estimulação das terminações nervosas do cão e da criança, na periferia de cada uma das criaturas. E é de facto natural. Davidson defende que é a triangulação que explica isso: achamos natural que seja assim para o cão e para a criança porque é natural *para nós*. O caso da criança que aprende a chamar ‘mesa’ à mesa envolve uma forma de triangulação: uma linha

⁸ Cf. *A Nice Derangement of Epitaphs*, Davidson 2005: 107.

⁹ «o principal propósito do conceito de língua e conceitos adjacentes como predicado, frase e referência, é ajudar-nos a entender o comportamento linguístico dos humanos e aquilo que falantes intérpretes sabem que lhes permite comunicar», Davidson 2001c:109.

¹⁰ Davidson 2001c:114.

vai da criança à mesa, outra de nós à mesa, outra entre nós e a criança. Aí onde as linhas convergem, é localizado o estímulo distal – se considerássemos uma criatura por si, nos seus limites corporais, não teríamos nenhuma razão para dizer que ela está a reagir a mais do que à estimulação que chega à superfície do seu corpo e às suas terminações sensoriais.

3. Atenção conjunta e conhecimento mútuo ou tácito

Passo então aos estudos sobre atenção conjunta, nomeadamente os que visam a primeira triangulação, entre mentes não linguísticas¹¹, e que nos permitem imaginar um passo intermédio entre a primeira e a segunda triangulações (ou, de uma forma mais concreta, entre comportamentos animais de coordenação e mentes em comunicação linguística acerca do mundo). Sob o título de atenção conjunta esta primeira triangulação tem sido bastante estudada em crianças, e também no domínio da psicologia animal, por exemplo em estudos com chimpanzés acerca do que é perceber uma outra criatura como vendo.¹²

O indício comportamental mais óbvio de atenção conjunta é o acto de uma criatura seguir o olhar de outra criatura dirigido a algo no ambiente: nós somos criaturas que seguem o olhar e a atenção de outras criaturas, criaturas capazes de levar outras criaturas a seguir o nosso olhar e partilhar a atenção a um objecto terceiro no mundo. Os psicólogos do desenvolvimento começaram a estudar a atenção conjunta em grande medida para compreender as origens da comunicação verbal nos humanos. Quem está interessado em atenção conjunta está usualmente interessado no desenvolvimento da linguagem, e estuda assuntos tais como: i) o contraste entre apontar imperativo e apontar declarativo em chimpanzés e humanos (é consensual que por exemplo chimpanzés, ao contrário de crianças humanas, não produzem o apontar declarativo que as crianças caracteristicamente produzem, mas apenas apontar imperativo¹³; ii) as etapas da direcção do olhar das crianças humanas nos primeiros meses do desenvolvimento (após olhares dirigidos apenas para quem cuida, há olhar dirigido a objectos no meio, depois os olhares oscilam entre

¹¹ A atenção conjunta não acontece apenas entre mentes não linguísticas, mas estende-se a estas.

¹² Cf. Call & Tomasello 2005, Povinelli & Eddy 1996.

¹³ A diferença é formulável como: ‘Quero!’ versus ‘Olha!’ – o primeiro ocorre em chimpanzés, o segundo aparentemente apenas em humanos.

objectos e adultos, e finalmente dá-se uma convergência entre apontar e seguir o olhar – palavras em línguas naturais humanas começam a ser usadas apenas aqui).

Não vou entrar em discussões específicas dos estudos empíricos da atenção conjunta, apenas notar que existe um acordo relativo acerca de dados – o diferendo é acerca de interpretações. Tomemos Tomasello. Ele sugere o seguinte: dá-se, entre os 9 e 18 meses, uma revolução cognitiva comparável com aquela que se dá entre os 3 e 4 anos de idade numa criança (esta é a altura em que emerge o conceito de crença, e portanto o de crença falsa, a ideia de que os outros podem ter crenças diferentes das nossas próprias, e isso passa a poder ser utilizado na previsão de comportamento de outrem). Aquilo que se desenvolve nesta primeira revolução é um entendimento baseado na agência, e um progresso da ideia de que os outros seres têm intenções para a ideia de que os outros seres podem ter intenções diferentes das nossas, eventualmente intenções que não correspondem (*match*) a estados de coisas actuais (intenções não preenchidas, não satisfeitas). Para tal revolução é necessário o desenvolvimento do raciocínio meios/fins, a distinção entre fins e meios para os atingir, a aplicação disto à acção própria e por simulação à de outrem. É a aplicação deste mecanismo cognitivo ao comportamento de olhar intencionalmente, o comportamento próprio e o comportamento de outrem, que permite que a atenção comece a ser pensada de forma nova¹⁴. Aos 12 meses, as crianças começam a procurar manipular e controlar o comportamento de atenção de outrem, apontando e articulando as primeiras palavras. Estas manipulações da atenção constituem uma forma primitiva de intenção comunicativa. É uma forma primitiva porque utiliza apenas a agência e a atenção, e não o conceito de crença. No entanto, tem a estrutura embebida das intenções griceanas, que não se encontra noutros primatas¹⁵.

Para compreendermos que há aqui qualquer coisa de novo, que tem a ver com algo como a instauração de uma ‘ligação entre mentes’, pensemos nos seguintes casos, estudados na psicologia animal. Se tomarmos duas criaturas dotadas de visão e que estão dentro do campo

¹⁴ É claro que isto envolve saber o que se entende por atenção. Tomasello assume que a atenção é concebida pelas crianças como percepção intencionalmente dirigida, estando o seu uso ligado ao entendimento dos outros como agentes capazes de acções intencionais. Esta posição não resolve obviamente todos os problemas em torno da atenção – será por exemplo que ela é concebida como uma actividade mental?

¹⁵ Cf. Call & Tomaselli 1995: 61.

de visão uma da outra, será que podemos afirmar com segurança que elas não apenas se vêem uma à outra, mas também sabem que se vêem uma à outra? A resposta é negativa, ou, pelo menos, não podemos fazer essa afirmação sem hesitar e sem a ‘atenuar’: basta recordar as experiências de Povinelli e Eddy¹⁶, em que chimpanzés dirigem pedidos a humanos que estão de frente para eles mas de olhos vendados, semelhantes aos que dirigem a humanos com quem estão face a face e que olham olhos nos olhos, mas não os dirigem àqueles que estão de costas mas com o rosto voltado de forma a poderem vê-los.

São fenómenos deste género que permitem conceber um hiato entre essas mentes e as nossas; mas o ponto importante aqui é que crianças pequenas têm performances completamente diferentes (bem sucedidas) em tarefas de atenção conjunta, relativamente a outras mentes não linguísticas. A hipótese que parece impor-se é que nos humanos se dá qualquer coisa como um desenvolvimento da mutualidade mesmo antes da posse do conceito de crença. À luz das diferenças entre primatas e crianças humanas torna-se então razoável pensar que a atenção conjunta está ligada a uma forma de estratégia intencional que não utiliza ainda o conceito de crença, e que é fundamental no desenvolvimento do tipo humano de mentes.

Vou agora introduzir um caso de atenção conjunta mais complicado e uma definição preliminar (embora polémica), para passar à discussão filosófica. O exemplo é de J. Campbell (filósofo, UC-Berkeley), a definição de Naomi Eilan (filósofa, Warwick).

Supõe que estás sentado num banco de um parque a olhar para um cisne. Alguém se senta a teu lado, uma conversa inicia-se, durante a qual ambos observam o cisne. De alguma forma passaste de uma situação em que tu tinhas percepção do cisne para uma situação em que há apercebimento não apenas do objecto apercebido mas apercebimento de que o objecto está a ser simultaneamente apercebido por outrem. O problema que se coloca é o seguinte: será que ocorreu alguma mudança relevante na tua experiência perceptiva do cisne? Se for esse o caso, como se deve descrever tal mudança?

Antes de discutir alternativas de resposta, vou introduzir a definição preliminar que Eilan dá de atenção conjunta (até aqui falei de forma psicológica). Afirmar de um evento que se trata de um evento no qual existe atenção conjunta de dois (ou mais) sujeitos a um mesmo objecto implica estar comprometido com as seguintes quatro pretensões

¹⁶ Povinelli & Eddy 1996.

acerca do evento:

1. Existe um objecto ao qual é dirigida a atenção de cada um dos sujeitos, o que implica (i) uma conexão causal entre o objecto e cada sujeito, e (ii) apercebimento (*awareness*) do objecto por cada sujeito.
2. Existe uma conexão causal de algum tipo entre os actos de atenção dos dois sujeitos.
3. Na sua experiência os sujeitos utilizam o conceito de atenção.
4. Cada sujeito apercebe, de alguma forma, o objecto como um objecto que está presente para ambos os sujeitos. Há, quanto a isto, um encontro de mentes entre os sujeitos, de tal forma que o facto de ambos estarem a ter atenção ao mesmo objecto é mutuamente manifesto (o termo é utilizado, e isto não é indiferente, por Sperber e Wilson na sua teoria da comunicação¹⁷).

Não é suficiente para que exista atenção conjunta que duas criaturas prestem atenção ao mesmo objecto e que a atenção de uma seja a causa da atenção da outra: o facto de ambos estarem a prestar atenção ao mesmo objecto tem que ser mutuamente manifesto. O seguinte exemplo de Peacocke é bem ilustrativo: «Consideremos duas pessoas que estão em pé, em frente uma à outra, separadas por um espesso painel de vidro. Suponhamos que cada uma delas acredita falsamente que este vidro é um espelho numa só direcção, que lhe permite ver o outro, mas impedindo o outro de a ver a ela. Então cada uma realmente vê a outra, ao mesmo tempo que acredita que a outra pessoa não pode vê-la. (...) Da mesma forma, vamos supor que nesta situação, ambas estão a prestar atenção a alguma coisa – um animal, por

¹⁷ Sperber e Wilson consideram que a partilha de informação é essencial para que a comunicação possa existir, e é a tentativa de explicitar em que pode consistir essa partilha que os leva a falar de ‘manifestação mútua’. Não apenas factos perceptivos como também suposições ou crenças de vária ordem podem ser, segundo os autores, mutuamente manifestas. A noção ‘ser manifesto’ é mais fraca do que a noção ‘ser conhecido’, e por isso mesmo os autores consideram poder desenvolver uma noção de manifestação mútua que seja psicologicamente menos implausível do que a noção de ‘conhecimento mútuo’. Cf. Sperber & Wilson 2001: p. 78 e seguintes.

exemplo – no seu horizonte visual comum, de um dos lados do vidro que está entre elas. Cada uma pode ter uma percepção genuína da outra prestando atenção exactamente à mesma coisa a que ela está a prestar atenção, nomeadamente o animal. Mas porque cada uma acredita que a outra não a pode ver, isto está longe de ter a abertura característica dos casos paradigmáticos de atenção conjunta.»¹⁸.

Nesta situação não existe atenção conjunta porque falta a manifestação mútua. O núcleo do problema epistemológico da atenção conjunta é a natureza desta manifestação mútua. Para o tratar é decisivo saber que conceitos estão disponíveis nas mentes que interagem. Tudo nos leva a crer que a atenção conjunta pode dar-se envolvendo mentes não linguísticas, que ainda não possuem o conceito de crença, como as mentes de crianças de dois anos. Ora se a atenção conjunta acontece envolvendo, como parece ser o caso, crianças com dois anos (mentes pré-linguísticas sem o conceito de crença), então o fenómeno não pode ter as características daquilo a que os filósofos chamaram conhecimento comum ou tácito¹⁹. Este é frequentemente considerado a chave para compreender a comunicação linguística entendida como actividade racional de cooperação e mais em geral qualquer actividade racional de cooperação. As questões epistemológicas que coloca são muito semelhantes às da atenção conjunta. No entanto as suposições usuais no tratamento do conhecimento tácito não são transponíveis para aqui. Tomemos um exemplo clássico na literatura de conhecimento mútuo: tu e eu estamos sentados a uma mesa com uma vela entre nós. Numa tal situação, em condições normais, teremos conhecimento mútuo do facto de que ambos vemos a vela. Em que é que isto se traduz? Como pode ser analisado? Uma análise filosófica do conhecimento mútuo tipicamente atribui-me pelo menos a crença de que tu vês a vela, a crença de que tu acreditas que eu vejo a vela, a crença de que tu

¹⁸ Peacocke 2005: 299.

¹⁹ Cf. por exemplo D. Lewis *Convention* (1969) e S. Schiffer *Meaning* (1988). O conhecimento comum permite-nos interagir com outros humanos sem sobressalto, assumindo coisas que não vêm directa e explicitamente ao caso nas situações concretas, tais como que as pessoas em Portugal falam português e usam euros como moeda (imagine-se que abordamos alguém na rua em Lisboa («Olhe, desculpe...»)), e a pessoa se volta para nós a falar convictamente uma língua que nos é totalmente ininteligível; ou que vamos ao supermercado e a pessoa da caixa nos quer dar o troco em rublos, como se fosse a coisa mais normal do mundo). O sentido em que pessoas têm estas crenças é contrafactual: elas ferri-las-iam a partir das crenças que têm, por princípios que aceitam. Note-se que isto é qualquer coisa que se pode dizer acerca do conhecimento mas não se pode dizer acerca da percepção.

acreditas que eu acredito que tu vês a vela,...²⁰. Não precisamos de perguntar onde pára esta iteração para notar que se a atenção conjunta é possível entre mentes não linguísticas que não possuem o conceito de crença ela não poderá ser descrita de forma análoga. E um dado incontornável da psicologia para a filosofia é que crianças com menos de quatro anos não dispõem do conceito de crença; sabemos isso porque elas falham no teste das crenças falsas. No entanto parecem capazes de atenção conjunta. Temos certamente a opção de defender que é por isso mesmo que não são capazes de atenção conjunta plenamente desenvolvida (é a linha que Tomasello escolhe). Podemos também procurar investigar se será possível qualquer coisa como um apercebimento que não tenha a estrutura reflexiva do conhecimento mútuo.

Posso agora formular o meu problema da seguinte maneira. Se a atenção conjunta ocorre envolvendo não apenas mentes linguísticas em situação griceana de comunicação mas também mentes pré-linguísticas, isso coloca a hipótese de existir algum tipo de apercebimento mútuo em mentes pré-linguísticas que não tem características griceanas explícitas – a ser esse o caso, quais serão as implicações para os problemas que Davidson trata através da triangulação²¹?

O que me parece que os estudos da atenção sugerem é que existem diferentes componentes da compreensão de um comportamento como intencional – não apenas crença mas agência e atenção – e que eles não vêm todos ao mesmo tempo nem têm que estar todos lá, em todos os tipos de mentes, para se perceber uma outra parte do mundo como mental. Voltemos ao exemplo de Campbell. A resposta à questão (ocorreu alguma mudança relevante na tua experiência perceptiva do cisne?) diferirá conforme a teoria da atenção conjunta defendida²². No

²⁰ Convém notar que para Peacocke (Peacocke 2005) este não é um fenómeno de conhecimento mútuo, na medida em que para o tratar não é necessário todo o aparato adstrito a este.

²¹ Os problemas são, recorde, a emergência do pensamento objectivo e a importância da segunda pessoa nessa emergência.

²² Nos termos de Campbell, uma teoria experiencialista ou uma teoria não experiencialista, podendo uma teoria experiencialista ser relacional ou reducionista. Cf Campbell 2005. De acordo com uma teoria não experiencialista, a experiência perceptiva de um indivíduo é a mesma quando este presta, isoladamente, atenção a alguma coisa e quando o faz numa situação de atenção conjunta. De acordo com uma teoria experiencialista, dá-se uma alteração da própria experiência perceptiva quando se passa da atenção isolada para a atenção conjunta. No caso das teorias experiencialistas, Campbell fala ainda de uma perspectiva reducionista (se é possível identificar quais os estados individuais que importam aqui) e de uma perspectiva relacional (se a atribuição

entanto, o que está basicamente em causa é a descrição que queremos adoptar da forma como uma mente apercebe a atenção de outrem.

A opção de Tomasello é atribuir ao conceito de atenção uma função análoga ao papel explicativo da crença relativamente ao comportamento. No entanto, porque considera que as coordenações que produzem apercebimento mútuo genuíno são uma forma de cooperação racional, declara que elas não estão ainda presentes na mente da qual está ausente o conceito de crença. Mas já que estamos a falar da forma como a atenção ‘precede’ a crença na função explicativa desta, devemos recordar que o conceito de crença tem para Davidson não apenas uma mas duas funções: (i) interpretar o comportamento de outrem, (ii) ser o veículo para o sujeito capturar o conceito de verdade objectiva. Vemos então que Tomasello apenas considera a primeira função; o que ele não pergunta é se existe algum ‘antepassado’ da segunda função, i.e. do papel da crença no que diz respeito ao conceito de verdade objectiva na vida mental da criança. Segundo N. Eilan, H. Werner e B. Kaplan foram dos primeiros psicólogos a explorar essa ideia: a ideia é ver as triangulações da atenção conjunta como uma primeira manifestação de uma estratégia contemplativa, por oposição a uma estratégia puramente prática na forma de lidar com o mundo, de forma a que o acto de referência emerge como um acto social e não individual. Não a exploraram no entanto suficientemente²³.

Em que é que tudo isto poderia redundar numa crítica a Davidson? Antes de mais convém dizer claramente que o interesse dos estudos de fenómenos de atenção conjunta envolvendo mentes não linguísticas reside no facto de estes parecerem revelar aspectos da relação mente-mente que Davidson situa apenas na segunda triangulação. Isto abre a possibilidade de elaborar uma teoria da relação mente-mente que não conceba a 2ª pessoa como derivada da forma como conceitos mentais são utilizados em explicações de 3ª pessoa. A ideia de Eilan é que os fenómenos da atenção conjunta nos ajudam a fazer isso mesmo.

Queria agora recordar o exemplo de atenção conjunta e a definição preliminar de Eilan e introduzir a diferença entre as interpretações que John Campbell e Christopher Peacocke fazem do fenómeno da atenção conjunta e da natureza da manifestação mútua. O que está em causa é uma disputa acerca dos pontos 3 e 4 da definição, e do mecanismo que

dos estados psicológicos relevantes a x já implica que exista alguém com quem x presta atenção em conjunto a algo). Na perspectiva experiencialista relacional, a atenção conjunta é um fenómeno primitivo da consciência.

²³ Cf. Eilan 1995, para a referência a W. Werner e B. Kaplan 1963, *Symbol Formation*.

os relaciona. Recordo os pontos 3 e 4: 3. Na sua experiência os sujeitos utilizam o *conceito de atenção*; 4. Cada sujeito apercebe, de alguma forma, o objecto como um objecto que está presente para ambos os sujeitos. Há, quanto a isto, um encontro de mentes entre os sujeitos, de tal forma que o facto de ambos estarem a ter atenção ao mesmo objecto é *mutuamente manifesto*).

A alternativa diz basicamente respeito à riqueza relativa do input e dos mecanismos cognitivos. Para Peacocke, o input perceptivo é percepção da percepção que o outro tem do objecto; é necessária uma reflexão de segundo grau para pôr a funcionar a relação entre as duas percepções (Peacocke defende ainda que para existir atenção conjunta plenamente desenvolvida – *full blown*, tal como não existe numa criança de dois anos e existe num humano adulto, são necessários pensamentos auto-referenciais). Percepção da percepção que o outro tem do objecto e reflexão de segundo grau necessária para pôr a funcionar a relação entre as duas percepções é também o que M. Tomasello considera ter que existir na atenção conjunta em adultos; é por isso que defende que crianças com dois anos não são capazes de atenção conjunta plena. Na teoria (experientialista) relacional da atenção conjunta defendida por Campbell, o outro em co-atenção ao objecto é um traço de conteúdo da experiência de atenção conjunta e é um fenómeno primitivo da consciência e não uma meta-representação (o apelo à reciprocidade da regulação afectiva pode ser uma forma de especificar isto). Temos que ser claros aqui pelo menos acerca do seguinte: só precisamos de reflexão de segundo grau e do conceito de crença se assumirmos à partida a opacidade das mentes umas às outras e portanto a incontornabilidade da postura explicativa para tratar da questão do conhecimento da outra mente. Mas teremos boas razões para a assumir? O interesse das experiências com atenção conjunta reside no facto de elas parecerem indicar que não é só isso que está em jogo na relação mente-mente²⁴. E isso deve fazer-nos repensar a forma como concebemos a diferença entre mentes linguísticas e não linguísticas.

²⁴ Nos termos de N. Eilan, trata-se de uma escolha de caminho para responder à questão «Como é que a ideia de um mundo vem a estar numa mente?» Davidson e Kant representam alternativas básicas na resposta a essa questão: a resposta de Davidson é baseada na comunicação, a resposta de Kant é baseada na percepção. Se escolhermos, para responder à questão, o ramo davidsoniano, deparar-nos-emos com o tipo de críticas que estamos a considerar.

Conclusão

Penso que Davidson tem razão quando diz que é impossível resolver a questão dos conteúdos e da objectividade do pensamento relativamente a uma só criatura, e aos limites corporais da criatura, e que a triangulação é uma boa entrada no tratamento destes problemas. Mas as posições específicas de Davidson quanto à primeira e à segunda triangulação não são defensáveis.

Na forma como caracteriza as triangulações, Davidson coloca-se do lado de Peacocke e Tomasello, i.e. daquelas a que N. Eilan chama ‘teorias pobres’ (teorias de acordo com as quais em crianças com idade entre 1 e 2 anos apenas as condições 1) e 2) da definição preliminar de atenção conjunta se aplicam; noutras palavras, teorias de acordo com as quais o que há antes do pensamento objectivo não é essencialmente social, a mutualidade vem apenas depois, com a introdução do conceito de crença). Para as ‘teorias pobres’ a interpretação em 3ª pessoa continua a ser, mesmo no âmbito das propostas sobre triangulação, a base para qualquer sentido que se possa fazer das relações entre 1ª e 2ª pessoa: a evidência é o comportamento, e o intuito é explicativo (não é descabido recordar que Davidson é um quineano).

Não é por isso por acaso que Davidson não caracteriza a conexão entre os dois níveis de triangulação – ele não poderia fazê-lo dadas duas teses que defende: 1) a tese segundo a qual os nossos conceitos de atitudes proposicionais (crenças, desejos) obtêm significado em virtude de certos padrões de explicação em que esses conceitos entram todos ao mesmo tempo, de forma holista, 2) a tese segundo a qual todo o conteúdo representacional é conceptual e governado por constrangimentos de racionalidade. Mas se pensarmos que tem que haver uma conexão entre os dois níveis de triangulação, uma vez que algumas mentes se desenvolvem de forma a passar de um para o outro, teremos razões para pôr em causa essas duas teses de Davidson. Se admitirmos que do ponto de vista do desenvolvimento do tipo de mentes que são as mentes humanas há uma passagem e uma herança entre a primeira e a segunda triangulação, e que antecessores de apercebimento mútuo e de mundo objectivo, e não apenas coordenação causal, devem já estar lá em algumas formas de triangulação pré-cognitiva (as de atenção conjunta, inexistentes noutros animais), teremos que ‘transferir’ para a primeira triangulação algumas características que Davidson atribui apenas à segunda triangulação. A triangulação pré-cognitiva entre alguns tipos de criaturas tem que ser

mais rica do que Davidson está pronto a admitir. A nova forma de encarar a primeira triangulação mudará também a forma como vemos a segunda triangulação, bem como o estatuto da pretensão wittgensteiniana acerca da ‘natureza social do pensamento’ que a acompanha (a ‘natureza social’ do mental tem que ir mais fundo do que a linguagem natural).

É útil aqui perguntar o que Davidson pretende da segunda triangulação no seu tratamento das questões da intersubjectividade (que dizem respeito, como vimos, a ‘animais racionais’, ‘segunda pessoa’, ‘emergência do pensamento’). Ele caracteriza através da segunda triangulação aquilo que existe em mentes linguísticas e não existe em mentes não linguísticas. Ora a caracterização ela própria presume que o conceito de crença é essencial ao papel da segunda pessoa no pensamento objectivo. Acontece que os estudos da atenção conjunta – por mais que Davidson diga que não temos, a partir das nossas mentes linguísticas já dotadas dos conceitos de verdade e crença, vocabulário para compreender estados de desenvolvimento anteriores, mesmo que tenham ocorrido em nós próprios – nos fazem pensar que de facto podem existir estádios intermédios de ‘estratégia intencional’. De acordo com as interpretações ricas dos estudos da atenção conjunta, tais fenómenos evidenciam uma etapa intermédia da intersubjectividade em que o que mentes utilizam para obter mutualidade e como utensílio explicativo não é o conceito de crença. Que isto seja possível deve perturbar o quadro holista explicativo do comportamento de agentes a partir de conceitos mentais (crença, desejo, intenção). Mas sobretudo mostra que, por mais que Davidson enfatize, na última fase da sua obra, o relevo à intersubjectividade – a triangulação pretende ser uma alternativa ao ‘exteriorismo’ das teorias da interpretação (quer a interpretação radical de Quine quer formulações anteriores da tradução radical do próprio Davidson), quadros em que a teoria da mente começa pela terceira pessoa – Davidson continua a derivar a 1ª e 2ª pessoas da 3ª pessoa, e é em parte isso que nos obriga a admitir que todo o conteúdo representacional é conceptual, e que provoca uma restrição severa daquilo que entendemos por ‘racionalidade’. Faz além do mais com que, o que parece estranho, os laços causais, presumivelmente perceptivos que supostamente estão na primeira triangulação, pareçam desaparecer na segunda triangulação quando entra em cena a pretensão wittgensteiniana acerca da natureza social da linguagem e do pensamento. Mas esses laços causais não podem pura e simplesmente desaparecer (uma crítica comum a Davidson é que na sua teoria da

mente a percepção ‘desaparece’ – o que não é estranho: ele é um quineano).

O problema geral da teoria da mente é conceber a passagem entre uma *mindless nature* e as explicações mentais. Este é um problema acerca de continuidade/descontinuidade. O principal defeito da ideia davidsoniana de triangulação é fazer-nos conceber esta passagem como um salto abrupto ligado à presença do conceito de crença, com os seus dois papéis, nas mentes linguísticas. Não creio que exista esse salto abrupto, e um argumento a favor desta tese é a existência de antecessores do conceito de crença na estratégia intencional. Mostrá-lo foi o meu principal propósito aqui.

Referências:

- Call, J. & Tomasello, M., 2005, «What Chimpanzees Know about Seeing», in Eilan, Hoerl, McCormack & Roessler 2005
- Campbell, John, 2005, «Joint attention and common knowledge», in Eilan et al 2005.
- Davidson, D, 2001a, «Introduction», in Davidson 2001, *Subjective, Intersubjective, Objective, Oxford*, OUP.
- Davidson, D, 2001b, «Rational Animals», in Davidson 2001, *Subjective, Intersubjective, Objective, Oxford*, OUP.
- Davidson, D, 2001c, «The Second Person», in Davidson 2001, *Subjective, Intersubjective, Objective, Oxford*, OUP.
- Davidson, D, 2001d, «The emergence of thought», in Davidson 2001, *Subjective, Intersubjective, Objective, Oxford*, OUP.
- Davidson, D. 2005, «A Nice Derangement of Epitaphs», in Davidson 2005, *Truth, Language and History*, Oxford, OUP.
- Eilan, Hoerl, McCormack & Roessler 2005, *Joint attention: communication and other minds*, Oxford, OUP.
- Eilan, «Joint Attention, Communication and Mind», in Eilan, Hoerl, McCormack & Roessler 2005
- Gomez, Juan Carlos, 2005, «Joint Attention and the notion of subject: insights from apes, normal children and children with autism», in Eilan, Hoerl, McCormack & Roessler 2005
- Lewis, David, 1969, *Convention*, Cambridge Mass, Harvard UP.
- Peacocke, Christopher, 2005, «Joint attention: its nature, reflexivity and relation

to common knowledge», in Eilan, Hoerl, McCormarck & Roessler 2005.

Povinelli D.J. & Eddy T. J. 1996, What young chimpanzees know about seeing, *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 61-3, 1-190.

Schiffer, Stephen, 1988, *Meaning*, Oxford, OUP.

Tomasello, M, 1995, Joint attention as social cognition, in Moore, C. & Dunham, P, (eds) *Joint attention: its origins and role in development*, Hillsdale, NJ, Erlbaum, 103-130.

Werner, H. & Kaplan, B., 1963, *Symbol formation*, Hillsdale, NJ, Erlbaum.

